



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, NATURAIS E TECNOLÓGICAS CURSO  
DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

REBECA ALVES DA SILVA

**BERÇÁRIOS UNIVERSITÁRIOS COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA  
ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA DE ACOLHIMENTO À MÃE UNIVERSITÁRIA**

Imperatriz – MA

2025

Rua Godofredo Viana, 1.300– Centro. CEP. 65901- 480 – Imperatriz/MA. Fone: (99) 3524-5387 C.N.P.J  
26.677.304/0001- 81 - Criada nos termos da Lei nº. 10.525, de 03.11.2016



**REBECA ALVES DA SILVA**

**BERÇÁRIOS UNIVERSITÁRIOS COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA  
ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA DE ACOLHIMENTO À MÃE UNIVERSITÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas – CCENT da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, do curso Ciências Biológicas.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ivaneide de Oliveira Nascimento

Imperatriz – MA

2025



S586b

Silva, Rebeca Alves da

Berçários universitários como política de permanência estudantil: uma proposta de acolhimento à mãe universitária. / Rebeca Alves da Silva. – Imperatriz, MA, 2025.

50 f.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Maternidade. 2. Vida acadêmica. 3. Políticas institucionais. 4. Imperatriz - MA. I. Título.

CDU 378-055.26

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza CRB13/955**

**REBECA ALVES DA SILVA**

**BERÇÁRIOS UNIVERSITÁRIOS COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA  
ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA DE ACOLHIMENTO À MÃE UNIVERSITÁRIA**

Aprovado em:

Banca Examinadora:

---

**Prof. Dra. Ivaneide de Oliveira Nascimento**

Doutora em Agroecologia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

---

**Prof. Me. Flaviana Oliveira de Carvalho**

Mestre em Educação

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

---

**Prof. Me. Pedro Tiago Pereira Leite**

Mestre em Educação

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, a mim mesma, aos meus filhos, e todas as pessoas que acreditaram em mim ao longo dessa caminhada, mesmo sem saber, foram minha maior motivação para continuar.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, saúde e perseverança concedidas ao longo desta trajetória, especialmente nos momentos em que pensei não ser capaz de continuar.

À minha família, pelo apoio constante, compreensão e incentivo, mesmo diante das dificuldades, do cansaço e das ausências necessárias para a realização deste trabalho.

Aos meus filhos, que foram minha maior motivação diária. Mesmo sem compreenderem totalmente este processo, deram sentido a cada esforço e renovaram minhas forças para seguir em frente.

Aos professores do curso, que compartilharam seus conhecimentos e contribuíram para minha formação acadêmica e profissional.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para a conclusão desta importante etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço imensamente a minha Orientadora Ivaneide de Oliveira, por acreditar nos sonhos dos seus discentes, pela sua mestria no ensinar, por sua empatia, sem dúvidas a senhora é um profissional espelho para mim.

Agradeço a todos os amigos que fiz durante esta jornada acadêmica, Mariana, Debora, Glesiane, Isvetlana, Vanessa, Aline, Thaís Gabriela. Acho linda como ao longo da nossa jornada sempre torcemos e aplaudimos umas as outras.

A Laiara, Luana e Simone por sua amizade, graça a vocês tornou meus momentos de dificuldades mais leve, foram ombro amigas para desabafar, um conselho para me ajudar vocês foram pedras preciosas que encontrei na minha jornada, espero levar nossa amizade além da universidade.

“O trabalho de cuidado, quando invisibilizado,  
transforma direitos em resistência.”

(Silvia Federici).



## RESUMO

A maternidade durante a graduação representa um desafio significativo para a permanência das estudantes no ensino superior, especialmente em contextos nos quais as políticas institucionais de apoio são insuficientes ou pouco acessíveis. O objetivo geral deste estudo é analisar os impactos da maternidade na permanência acadêmica de mães universitárias da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) considerando as condições de apoio institucional e a demanda por um berçário universitário. O estudo fundamenta-se nas contribuições de Santos (2019) e Oliveira (2022), que discutem maternidade e permanência acadêmica, bem como nas diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Brasil, 2010). Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantiqualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizada com 49 mães universitárias e três profissionais do atendimento institucional da UEMASUL, por meio da aplicação de questionário online. Os dados obtidos indicam dificuldades na conciliação entre maternidade e vida acadêmica, registros de intenção de trancamento ou desistência do curso, dependência de redes informais de apoio e baixa utilização dos apoios institucionais disponíveis. Santos (2019); Oliveira (2022); Brasil (2010).

Palavras-chave: Maternidade; Vida acadêmica; Redes de apoio; políticas institucionais.



## ABSTRACT

Motherhood during undergraduate studies represents a significant challenge to students' permanence in higher education, especially in contexts where institutional support policies are insufficient or not easily accessible. The main objective of this study is to analyze the impacts of motherhood on the academic permanence of university student mothers at the State University of the Tocantina Region of Maranhão (UEMASUL), considering institutional support conditions and the demand for a university daycare center. The study is grounded in the contributions of Santos (2019) and Oliveira (2022), who discuss motherhood and academic permanence, as well as in the guidelines of the National Student Assistance Program – PNAES (Brazil, 2010). This is a descriptive and exploratory study with a quantitative and qualitative approach, conducted with 49 university student mothers and three institutional support professionals at UEMASUL, through the application of an online questionnaire. The data indicate difficulties in reconciling motherhood and academic life, records of intention to suspend or abandon studies, reliance on informal support networks, and low use of available institutional support services.

**Keywords:** Motherhood; Academic life; Support networks; Institutional policies.



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b>	Análise da faixa etária das mães.....	20
<b>Gráfico 2.</b>	Análise da faixa etária dos filhos. ....	21
<b>Gráfico 3.</b>	Análise dos impactos da maternidade na permanência acadêmica.....	23
<b>Gráfico 4.</b>	Análise dos dados referentes à rede de apoio das mães universitárias. ....	24
<b>Gráfico 5.</b>	Análise dos dados referentes à percepção das mães universitárias sobre os apoios institucionais disponíveis na universidade. ....	25
<b>Gráfico 6.</b>	Análise dos principais fatores associados ao atraso na formação acadêmica entre alunas mães atendidas, com predominância da sobrecarga de responsabilidades e da combinação de múltiplos fatores.....	26
<b>Gráfico 7.</b>	Percepção profissional sobre o impacto da maternidade durante a graduação no aumento do tempo necessário para a conclusão do curso.....	27
<b>Gráfico 8.</b>	Relato profissional sobre a ocorrência de trancamento ou abandono temporário do curso em decorrência da maternidade durante a graduação.....	28
<b>Gráfico 9.</b>	Percepção profissional sobre a interferência da maternidade no rendimento acadêmico e na progressão das estudantes no curso.....	29
<b>Gráfico 10.</b>	Medidas apontadas pelas respondentes que poderiam reduzir o tempo de permanência das alunas mães na graduação.....	30
<b>Gráfico 11.</b>	Percepção das respondentes sobre a existência de estrutura institucional suficiente para minimizar o atraso acadêmico das alunas mães.....	31

## LISTA DE SIGLAS

ACC – Atividades Curriculares Complementares

CNS – Conselho Nacional de Saúde

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PNAES – Política Nacional De Assistência Estudantil

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEMASUL – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Permanência, evasão e trancamento na graduação.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Primeira infância e demandas do cuidado materno.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 Políticas de permanência estudantil e apoio às mães universitárias.....</b>	<b>15</b>
<b>2.4 O berçário universitário como estratégia de permanência.....</b>	<b>17</b>
<b>2.5 Experiências de outras universidades.....</b>	<b>17</b>
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>18</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
<b>4.1 Local e público-alvo.....</b>	<b>19</b>
<b>4.2 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados.....</b>	<b>20</b>
<b>4.3 Tabulação e análise de dados.....</b>	<b>20</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>Perfil sociodemográfico das participantes.....</b>	<b>22</b>
<b>5.1 Impactos da maternidade na permanência e no rendimento acadêmico.....</b>	<b>24</b>
<b>5.2 Rede de apoio e cuidados com os filhos.....</b>	<b>25</b>
<b>5.3 Apoio institucional e percepção das mães universitárias.....</b>	<b>27</b>
<b>5.4 Percepção dos profissionais sobre a maternidade e a permanência acadêmica.....</b>	<b>30</b>
<b>5.5 Proposta de intervenção.....</b>	<b>36</b>
5.5.1 Objetivos da proposta de intervenção.....	36
5.5.2 Público-alvo.....	36
5.5.3 Descrição da intervenção.....	36



5.6.4 Viabilidade da proposta.....	37
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha do presente tema também está relacionada à trajetória da própria pesquisadora enquanto mãe universitária. A vivência da maternidade durante a graduação possibilitou a percepção direta das dificuldades enfrentadas para conciliar as demandas acadêmicas com o cuidado dos filhos, bem como das limitações institucionais no acolhimento dessa realidade.

Essa experiência despertou inquietações que extrapolam o âmbito individual e refletem uma problemática coletiva vivenciada por diversas mulheres no ensino superior. Assim, a pesquisa não se constitui como um relato pessoal, mas como uma investigação científica orientada pela necessidade de compreender, de forma sistemática, as condições de permanência das mães universitárias e as políticas institucionais voltadas a esse público.

A presença de mães universitárias nas Instituições de Ensino Superior (IES) tem aumentado nos últimos anos, impulsionada pela ampliação das políticas públicas de acesso à educação e pela busca crescente das mulheres pela formação acadêmica e profissional (Joaquim, 2023). No entanto, a conciliação entre maternidade e vida universitária continua sendo um dos principais desafios enfrentados pelas estudantes (Pereira, 2021; Maniçoba, 2025).

Segundo Santos (2019), muitas mulheres que se tornam mães durante a graduação vivenciam sobrecarga emocional, física e acadêmica, pois precisam dividir o tempo entre os estudos, o cuidado com os filhos e, em muitos casos, o trabalho. Pereira (2021) complementa que a ausência de políticas institucionais de acolhimento – como creches e berçários – contribui intensificando a desigualdade de gênero dentro da universidade, levando algumas alunas à evasão ou ao adiamento da conclusão do curso.

De acordo com Oliveira (2022a), as IES têm papel essencial na criação de estratégias que assegurem a permanência de alunas em situação de vulnerabilidade, especialmente das mães que conciliam múltiplas responsabilidades. Para a autora, oferecer condições adequadas



de permanência significa garantir o direito à educação e à equidade de oportunidades, princípios fundamentais previstos na Política Nacional De Assistência Estudantil – PNAES (Brasil, 2010).

No caso da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), localizada em Imperatriz/MA, observa-se a presença de diversas alunas que são mães, mas que ainda não contam com políticas específicas voltadas para o acolhimento infantil. Embora existam ações pontuais, como o auxílio-creche e a sala de amamentação, conforme relata Santiago (2024), a inexistência de um espaço fixo de acolhimento infantil compromete o bemestar das mães e a continuidade de sua trajetória acadêmica.

Além de beneficiar diretamente as mães universitárias, a criação de um berçário dentro da instituição reforça os princípios de inclusão, equidade e democratização do acesso à educação superior, alinhando-se ao que Nunes; Gomes; Reis (2023) defendem sobre o papel social das universidades na promoção da igualdade de oportunidades.

Além da relevância social, este estudo apresenta contribuição acadêmica ao discutir a maternidade no ensino superior a partir de dados empíricos coletados em uma universidade pública do interior do Maranhão, contexto ainda pouco explorado em pesquisas científicas. Do ponto de vista institucional, os resultados podem subsidiar reflexões e ações voltadas à permanência estudantil, especialmente no que se refere à criação de políticas de apoio às mães universitárias, como a implantação de um berçário universitário. Nesse contexto, a proposta de criação de um berçário universitário na UEMASUL emerge como uma estratégia institucional voltada à garantia da permanência acadêmica, articulando acolhimento, inclusão e igualdade de oportunidade. A lacuna investigada é percebida a partir da análise das experiências relatadas pelas mães universitárias participantes da pesquisa e da observação das condições institucionais de apoio existentes na universidade. A relevância do presente estudo também se sustenta em evidências produzidas por pesquisas nacionais que investigam os impactos da maternidade na trajetória acadêmica e científica das mulheres.

Nesse sentido, os dados divulgados pelo Parent in Science demonstram que a maternidade afeta de forma significativa a permanência, a produtividade acadêmica e o tempo de formação das mulheres, especialmente nos primeiros anos após o nascimento dos filhos. O projeto evidencia que a ausência de políticas institucionais de apoio à parentalidade contribui para a ampliação das desigualdades de gênero no ambiente acadêmico, reforçando a necessidade de ações estruturais que considerem o cuidado infantil como dimensão central da permanência estudantil. Assim, ao investigar a realidade das mães universitárias da UEMASUL e a demanda por um berçário universitário, este estudo dialoga com um debate

nacional já consolidado, ampliando a compreensão da maternidade como uma questão institucional e coletiva, e não como uma responsabilidade individual das estudantes.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A presença de mulheres mães no ensino superior tem se tornado cada vez mais expressiva nas últimas décadas, acompanhando o avanço do acesso feminino às universidades (Silva; Salvador, 2021). No entanto, a maternidade durante a graduação ainda representa um desafio significativo para a permanência e conclusão dos cursos, especialmente em contextos nos quais as políticas institucionais não contemplam as especificidades desse público (Pereira, 2021).

Estudos como os de Santos (2019) e Souza (2025) apontam que a maternidade impacta diretamente a trajetória acadêmica das estudantes, exigindo a conciliação entre atividades acadêmicas, responsabilidades familiares e, em muitos casos, trabalho remunerado. Nesse contexto, pesquisas brasileiras indicam que as mães universitárias vivenciam jornadas múltiplas, marcadas pela sobrecarga física e emocional, o que pode comprometer o rendimento acadêmico e prolongar o tempo de formação.

Segundo Silva e Araújo (2018) e Cunha (2024), a universidade ainda se estrutura a partir de um modelo de estudante ideal desvinculado das responsabilidades parentais, o que dificulta a permanência de mulheres que vivenciam a maternidade durante o curso. Além disso, a maternidade no ensino superior é atravessada por desigualdades de gênero, uma vez que o cuidado com os filhos recai majoritariamente sobre as mulheres. Conforme apontam estudos de Barros; Mourão (2020), mesmo quando há companheiros, a responsabilidade principal pelo cuidado infantil permanece com as mães, o que amplia os desafios enfrentados no contexto acadêmico.

### **2.1 Permanência, evasão e trancamento na graduação**

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a evasão e o trancamento de cursos no ensino superior constituem problemas complexos e multifatoriais, associados a aspectos econômicos, acadêmicos, sociais e emocionais (INEP, 2022). No caso das mães universitárias, esses fenômenos estão frequentemente relacionados à ausência de condições adequadas para a conciliação entre maternidade e estudos (Santos, 2019).

Ainda conforme dados do INEP (2022), estudantes que enfrentam dificuldades de permanência tendem a apresentar maior propensão ao trancamento ou à evasão, especialmente

quando não dispõem de políticas de apoio. Para as mães universitárias, essas dificuldades são intensificadas pela necessidade de cuidados constantes com os filhos, sobretudo na primeira infância (Sanches; Alonso; Dalla Vecchia, 2025).

Autores como Souza; Costa (2017) e Silva *et al.*, (2023) destacam que a evasão não deve ser compreendida como falta de interesse ou esforço individual, mas como resultado de um conjunto de condições estruturais desfavoráveis. Nesse sentido, a maternidade emerge como um fator que potencializa vulnerabilidades já existentes, exigindo respostas institucionais específicas para garantir a equidade no acesso e na permanência no ensino superior.

## **2.2 Primeira infância e demandas do cuidado materno**

A primeira infância, compreendida como o período de 0 a 6 anos de idade, é reconhecida como uma fase fundamental para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança (Simão; Albrecht, 2021). Trata-se de um período marcado por elevada dependência do cuidado adulto, demandando atenção contínua, vínculo afetivo e acompanhamento diário (Rayane; De Sousa, 2018).

A compreensão da infância como uma construção social implica reconhecer que as crianças não são responsabilidade exclusiva das famílias, mas constituem um grupo social cuja proteção, cuidado e desenvolvimento devem ser assumidos de forma coletiva. Segundo Qvortrup (2011), as crianças integram a estrutura da sociedade e, portanto, as instituições sociais e políticas públicas têm papel central na garantia de seus direitos e condições de desenvolvimento.

Nesse sentido, o cuidado infantil não pode ser tratado como uma questão privada ou individual, mas como uma responsabilidade social compartilhada. No contexto da maternidade universitária, a presença de filhos na primeira infância intensifica as dificuldades de permanência acadêmica, uma vez que as mães precisam lidar com demandas incompatíveis com a rigidez dos horários universitários. Conforme apontam estudos de Nunes; Ribeiro (2016), as mães de crianças pequenas apresentam maiores níveis de estresse, cansaço e dificuldades de organização do tempo, o que impacta diretamente o desempenho acadêmico.

A literatura sobre desenvolvimento infantil como as de Cunha; De Melo; Carneiro Netto (2022) e de Alves (2025) ressaltam que a oferta de ambientes seguros e próximos às mães contribui para o bem-estar da criança e para a redução da ansiedade materna. Assim, a ausência de estruturas institucionais voltadas ao cuidado infantil pode agravar os desafios enfrentados pelas mães universitárias, especialmente aquelas que não dispõem de rede de apoio familiar.

### 2.3 Políticas de permanência estudantil e apoio às mães universitárias

As políticas de permanência estudantil no Brasil têm como objetivo reduzir desigualdades e garantir condições mínimas para que os estudantes concluam seus cursos (Azevedo; Silva, 2025). Entre essas políticas, destacam-se auxílios financeiros, bolsas de permanência e programas de assistência estudantil (Araújo *et al.*, 2019). A UEMASUL possui políticas institucionais voltadas à permanência estudantil, regulamentadas pela Resolução nº 276/2023 do CONSUN/UEMASUL e operacionalizadas por meio do Programa de Auxílio Estudantil (PAE). Entre as modalidades ofertadas, destaca-se o Auxílio Creche, destinado a estudantes com filhos na primeira infância, com o objetivo de contribuir para a permanência acadêmica em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com o Edital nº 06/2025 – PROEXAE/UEMASUL, para o ciclo 2025/2026, foram ofertados 43 auxílios-creche no valor de R\$ 500 reais mensais no âmbito geral da universidade, dentro de um total de 1.155 auxílios estudantis, distribuídos entre alimentação, moradia, transporte, refeição e creche. O programa prevê ainda que o Auxílio Creche está condicionado à comprovação trimestral da matrícula da criança em berçário, creche ou pré-escola, sendo o benefício interrompido quando a criança completa seis anos de idade.

Embora tais ações representem avanços institucionais no reconhecimento das demandas específicas de estudantes mães, observa-se que o número de auxílios ofertados é limitado diante da expressiva presença de mães universitárias na instituição. Ademais, o caráter financeiro do Auxílio Creche não supre integralmente as necessidades relacionadas ao cuidado infantil, especialmente no que se refere à inexistência de um espaço físico de acolhimento, como um berçário universitário, no interior da UEMASUL.

Nesse sentido, a literatura aponta que políticas de permanência estudantil voltadas à maternidade devem ultrapassar o repasse financeiro, incorporando estratégias estruturais e institucionais que garantam condições efetivas de permanência, equidade e inclusão no ensino superior (SANTOS, 2019; OLIVEIRA, 2022). Assim, a análise das resoluções institucionais da UEMASUL evidencia uma lacuna entre a política existente e as demandas reais das mães universitárias, reforçando a relevância da discussão sobre a implantação de um berçário universitário como política complementar de permanência acadêmica.

No entanto, estudos recentes indicam que tais políticas nem sempre contemplam adequadamente as demandas específicas das mães universitárias (Nunes; Silva, 2020).

Segundo Pacheco; Oliveira (2021), os programas de assistência estudantil tendem a priorizar aspectos econômicos, deixando em segundo plano questões relacionadas ao cuidado



infantil. Dessa forma, a ausência de políticas integradas voltadas às mães estudantes corrobora para o fortalecimento e para manutenção das desigualdades de gênero no ensino superior (Joaquim, 2023).

Nesse sentido, autores como Lima; Santos (2020) defendem a ampliação das políticas de permanência, incluindo ações voltadas à flexibilização acadêmica, oferta de serviços de apoio psicológico e criação de espaços institucionais para o cuidado infantil. Essas medidas são apontadas como fundamentais para promover a permanência e o sucesso acadêmico das mães universitárias.

#### **2.4 O berçário universitário como estratégia de permanência**

O berçário universitário surge, na literatura recente, como uma estratégia institucional capaz de responder às demandas das mães universitárias, especialmente daquelas com filhos na primeira infância. A presença de um espaço de cuidado infantil no ambiente universitário possibilita maior tranquilidade emocional às mães, além de favorecer a continuidade dos estudos (Oliveira, 2022b; Santos, 2019).

Conforme aponta Ferreira (2019), a proximidade entre mãe e filho durante o período de estudo contribui para o fortalecimento do vínculo afetivo e para a redução da ansiedade materna. Além disso, o berçário universitário pode assumir um caráter formativo, especialmente em cursos de Pedagogia, ao possibilitar a atuação de estudantes como monitoras, integrando ensino, prática e extensão (Ferreira, 2025). Dessa forma, a implantação de um berçário universitário configura-se como uma política de permanência estudantil alinhada aos princípios de equidade, inclusão e justiça social no ensino superior (Oliveira, 2022b; Brasil, 2010).

Creches e berçários não devem ser compreendidos como espaços de guarda ou de simples depósito de crianças, mas como instituições educativas que demandam estrutura física adequada, profissionais qualificados e um projeto pedagógico comprometido com o desenvolvimento integral da criança. Conforme destaca Kuhlmann Jr. (1998; 2015), a educação infantil constitui um direito da criança e uma responsabilidade institucional, devendo articular cuidado e educação de forma indissociável. Nessa perspectiva, a implantação de creches ou berçários em instituições públicas, inclusive no âmbito universitário, requer planejamento, normatização e compromisso institucional, afastando concepções assistencialistas ou improvisadas. Assim, a criação de um berçário universitário deve ser compreendida como uma política estruturada de educação e acolhimento infantil, que beneficia tanto as crianças quanto as mães.

## 2.5 Experiências de outras universidades

Experiências desenvolvidas em outras universidades brasileiras demonstram que a implantação de creches ou berçários universitários constitui uma estratégia institucional viável e relevante para a promoção da permanência estudantil, especialmente de mães universitárias. Em diversas instituições públicas, esses espaços têm sido implementados como políticas de apoio à maternidade, ao cuidado infantil e à conciliação entre vida acadêmica e responsabilidades familiares.

A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, mantém creches universitárias vinculadas à sua estrutura administrativa, destinadas a atender filhos de estudantes, servidores e docentes, reconhecendo o cuidado infantil como condição fundamental para a permanência e o êxito acadêmico. De forma semelhante, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) possui um Centro de Convivência Infantil que atende crianças na primeira infância, funcionando como política institucional consolidada de apoio às famílias no ambiente universitário.

No âmbito das universidades federais, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também apresentam experiências de creches universitárias ou espaços de educação infantil, integrados às políticas de assistência estudantil e de recursos humanos. Essas iniciativas evidenciam que o acolhimento infantil no espaço universitário não apenas contribui para a permanência das mães estudantes, mas também reforça os princípios de equidade, inclusão e justiça social no ensino superior.

Nesse sentido, a análise dessas experiências permite compreender que a ausência de um berçário universitário na UEMASUL não decorre de inviabilidade institucional, mas da necessidade de priorização e fortalecimento de políticas específicas voltadas às mães universitárias. A adoção de iniciativas semelhantes pode representar um avanço significativo na promoção da permanência acadêmica e na garantia do direito à educação superior em condições mais equitativas.

## 3 OBJETIVOS

### 3.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos da maternidade na permanência acadêmica de alunas da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), considerando as condições de apoio institucional e a demanda por um berçário universitário.

### 3.2 Objetivos Específicos

- Discutir a maternidade no ensino superior a partir de dados empíricos coletados em uma universidade pública do interior do Maranhão e em pesquisas científicas;
- Verificar a situação acadêmica das alunas mães, considerando aspectos como trancamento de matrícula, evasão, permanência e rendimento acadêmico;
- Avaliar a demanda pela implantação de um berçário universitário como estratégia de permanência estudantil;
- Apresentar uma proposta de criação de um berçário universitário como política de acolhimento e permanência, contribuindo para o fortalecimento da assistência estudantil e para o desenvolvimento humano e social das estudantes mães na UEMASUL.

## 4 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem quantiqualitativa, de natureza descritiva e exploratória. A abordagem quantiqualitativa possibilita a articulação entre dados numéricos e informações qualitativas, permitindo uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado. Segundo Gil (2010), pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, enquanto as pesquisas exploratórias buscam aprofundar a compreensão de temas ainda pouco investigados ou que demandam maior familiaridade por parte do pesquisador.

Nesse sentido, o estudo apresenta um caráter observacional, uma vez que se propõe a analisar a realidade vivenciada pelas mães universitárias sem interferir diretamente em seu contexto, priorizando a observação, descrição e interpretação das experiências relatadas pelas participantes.

### 4.1 Local e público-alvo

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), localizada no município de Imperatriz-MA. A instituição foi escolhida por concentrar um número significativo de alunas mães e por ainda não dispor de políticas institucionais estruturadas voltadas ao acolhimento infantil, configurando-se como um espaço relevante para a investigação da permanência acadêmica de mães universitárias.

Participaram do estudo 49 mães universitárias, regularmente matriculadas na UEMASUL, além de três profissionais do atendimento institucional, sendo duas psicólogas e uma assistente social. A seleção das participantes ocorreu de forma não probabilística, por conveniência, considerando a disponibilidade e o interesse das participantes em contribuir com a pesquisa. A inclusão dos profissionais teve como objetivo ampliar a compreensão institucional acerca das demandas das mães universitárias, complementando a análise das percepções das estudantes com o olhar técnico dos setores de apoio.

#### **4.2 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário *online*, elaborado pela pesquisadora e disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms*. O instrumento foi composto por questões fechadas e abertas, organizadas em blocos temáticos que abordaram: perfil sociodemográfico, rotina acadêmica, impactos da maternidade na trajetória universitária, rede de apoio, percepção sobre políticas institucionais e demandas prioritárias. Ressalta-se que as categorias analíticas foram definidas a partir do processo de leitura, organização e análise dos dados. A pesquisa respeitou os princípios éticos que regem estudos com seres humanos. A participação foi voluntária, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas. Todas as participantes manifestaram concordância por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízos.

#### **4.3 Tabulação e análise de dados**

Os dados quantitativos obtidos por meio das questões fechadas do questionário foram submetidos a um processo de tabulação, que consistiu na organização sistemática das respostas em planilhas eletrônicas geradas pelo *Google Forms*. Inicialmente, as respostas foram exportadas e conferidas quanto à completude e consistência, evitando duplicidades ou registros incompletos.

Após essa etapa, os dados foram organizados em frequências absolutas e percentuais, permitindo a visualização da distribuição das respostas entre as participantes.

Os gráficos utilizados como recurso para a análise descritiva dos resultados, favorecendo a identificação de padrões, tendências e recorrências relacionadas à trajetória acadêmica, à maternidade e às condições de permanência das mães universitárias.

Esse procedimento contribuiu para uma leitura sistematizada dos dados quantitativos, servindo de base para o diálogo com os dados qualitativos analisados por meio da Análise

Temática, garantindo coerência entre os procedimentos metodológicos adotados e os objetivos da pesquisa.

Os dados qualitativos, oriundos das questões abertas, foram analisados com base nos procedimentos da análise temática, conforme proposta por Bardin (2011). A análise temática mostrou-se adequada por possibilitar a interpretação sistemática de conteúdos discursivos, permitindo a identificação de sentidos recorrentes presentes nas falas das participantes.

O percurso analítico seguiu três etapas principais:

**Pré-análise:** realização de leitura flutuante das respostas, com o objetivo de obter uma visão geral do material empírico e identificar elementos relevantes para a pesquisa.

**Exploração do material:** codificação das respostas e organização do conteúdo em categorias temáticas, definidas a partir da recorrência e relevância dos dados.

**Tratamento e interpretação dos resultados:** análise das categorias construídas à luz do referencial teórico adotado, articulando os dados empíricos com a literatura sobre maternidade no ensino superior e políticas de permanência estudantil.

As categorias analíticas contemplaram aspectos como: Impactos da maternidade na trajetória acadêmica, rede de apoio (família, amigos, institucionais) e demandas por políticas de permanência. Essas em consonância com os objetivos da pesquisa.

Durante a análise dos dados foram destacadas unidades de sentidos por meio das respostas dos participantes. Em seguida foram desvendadas as interpretações de sentidos das referidas repostas. Assim, os resultados da pesquisa foram sistematizados e discutidos à luz dos referenciais levantados. As interpretações e inferências foram organizados em categorias emergidas posteriori sobre os dados levantados, que apontam as evidências que respondem ao ao objetivo desta pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, participaram da pesquisa 49 mães universitárias, regularmente matriculadas ou que estiveram matriculadas recentemente em cursos de graduação da UEMASUL. Foi observado que as participantes possuem diferentes faixas etárias, número de filhos e situações acadêmicas, o que contribuiu para a diversidade da amostra. Além disso, participaram 3 profissionais da universidade, sendo duas psicólogas e uma assistente social, que atuam diretamente no atendimento a estudantes. A inclusão desses profissionais teve como objetivo ampliar a compreensão do fenômeno a partir de uma perspectiva técnica e institucional.

Verificou-se por meio dessa pesquisa que a adoção da abordagem mista (quantitativa) possibilitou uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado,

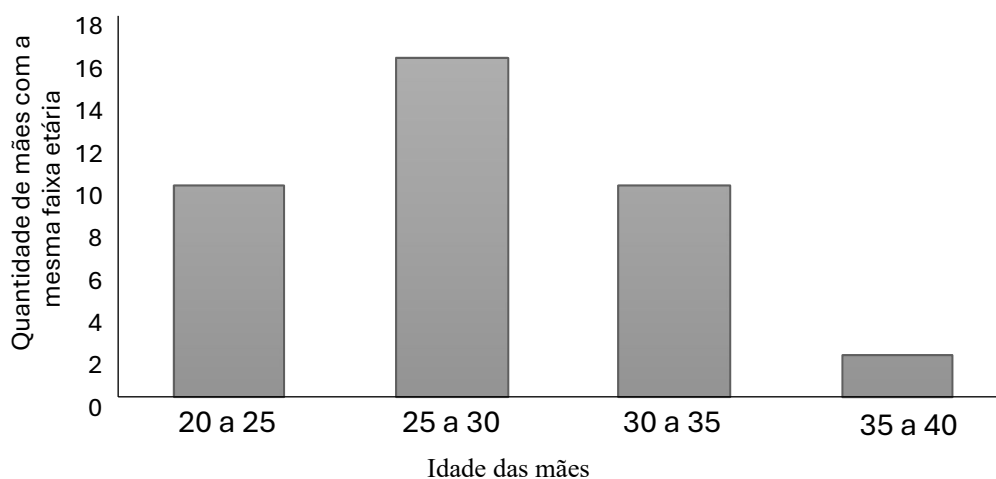
articulando dados numéricos com interpretações subjetivas, o que possibilitou uma interpretação mais consistente dos resultados, em consonância com os objetivos propostos.

Os resultados obtidos foram organizados em categorias que contemplam perfil sociodemográfico, rotina acadêmica, impacto da maternidade, rede de apoio, percepção sobre políticas institucionais e demandas prioritárias. Essa organização dialoga com abordagens utilizadas em Santos (2019) e Oliveira (2022b) sobre maternidade no ensino superior, que destacam a necessidade de analisar, de forma integrada, as condições sociais, acadêmicas e institucionais que influenciam a permanência das estudantes mães.

### Perfil sociodemográfico das participantes

Os dados referentes à idade das participantes foram organizados por meio de histograma, por se tratar de variáveis quantitativas contínuas. Esse tipo de gráfico permite visualizar a distribuição dos dados em intervalos, facilitando a identificação de concentrações e padrões etários entre as mães universitárias. O gráfico 1 revela que a maioria das mães universitárias se encontra na faixa etária entre 20 e 30 anos, período considerado socialmente produtivo e caracterizado pela sobreposição de múltiplas responsabilidades, como maternidade, formação acadêmica e, em muitos casos, trabalho remunerado (Guiginski; Wajnman, 2019). Segundo Hirata; Kergoat (2018), essa sobrecarga de papéis incide de forma mais intensa sobre as mulheres, especialmente aquelas que conciliam cuidados familiares e trajetórias educacionais.

**Gráfico 1.** Análise da faixa etária das mães.

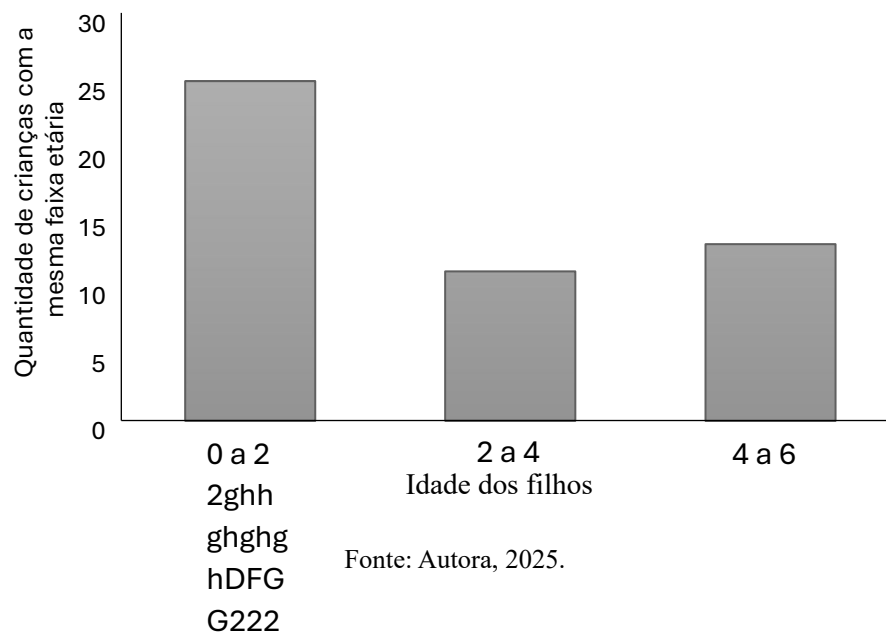


Fonte: Autora, 2025.

Observa-se ainda que a maior concentração de participantes está nas faixas etárias entre 25 e 30 anos, o que indica que parte significativa das estudantes vivencia a maternidade concomitantemente às fases iniciais da graduação. De acordo Silva; Souza (2024) a maternidade durante o ensino superior tende a impactar o percurso acadêmico das mulheres, ampliando o tempo de permanência na universidade e aumentando os riscos de trancamento ou evasão, sobretudo na ausência de políticas institucionais de apoio. Ademais, a maternidade pode afetar o desempenho cognitivo, o que implica nas dificuldades no processo de aprendizagem ou lapsos de esquecimentos, comprometendo o rendimento acadêmico das alunas mães.

No que se refere à idade dos filhos, os dados do gráfico 2 apontam predominância de crianças na faixa etária de 0 a 2 anos, correspondente à primeira infância. Essa etapa do desenvolvimento infantil demanda cuidados contínuos, atenção integral e presença constante do cuidador principal, o que recai majoritariamente sobre as mães (Brasil, 2016). Além disso, Santiago (2024), indica que a ausência de suporte institucional para o cuidado infantil constitui um dos principais obstáculos à permanência acadêmica das mães universitárias.

**Gráfico 2.** Análise da faixa etária dos filhos.



A expressiva presença de filhos na primeira infância reforça a relevância da discussão sobre a implementação de berçários universitários como estratégia de permanência estudantil. Conforme aponta Joaquim (2023), políticas de cuidado voltadas à infância no espaço

universitário contribuem não apenas para a continuidade da trajetória acadêmica das mães, mas também para o desenvolvimento integral das crianças.

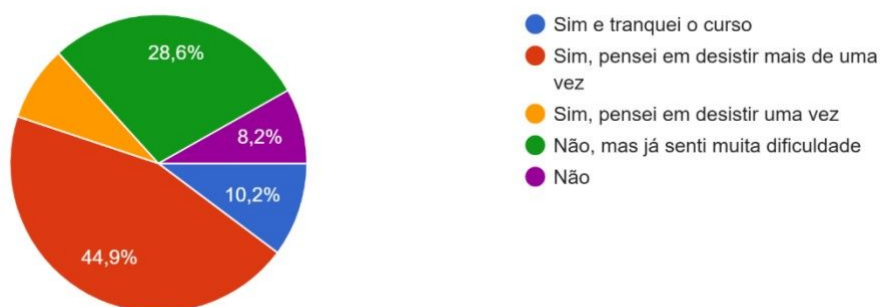
Além disso, a existência de filhos em idade pré-escolar e escolar evidencia que os desafios da maternidade não se restringem aos primeiros anos de vida da criança, estendendo-se ao longo do percurso acadêmico. Segundo Silva *et al.*, (2023), a organização do tempo, o rendimento acadêmico e a progressão no curso são diretamente afetados pela ausência de redes de apoio formais e institucionais, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem a maternidade como dimensão legítima da vida universitária.

### 5.1 Impactos da maternidade na permanência e no rendimento acadêmico

Os dados obtidos por meio do questionário evidenciam que a maternidade exerce influência significativa na permanência das alunas na universidade Gráfico 3. Quando questionadas se já pensaram em trancar ou desistir do curso em razão das responsabilidades maternas, 44,9% das participantes afirmaram que já pensaram em desistir mais de uma vez, enquanto 8,2% relataram ter pensado em desistir ao menos uma vez. Além disso, 10,2% informaram que chegaram a trancar o curso, o que demonstra que, para uma parcela expressiva das mães universitárias, a maternidade impacta diretamente a continuidade da formação acadêmica.

Por outro lado, 28,6% das participantes afirmaram que não desistiram, mas relataram sentir muita dificuldade, indicando que, mesmo quando a evasão não ocorre, a permanência no curso é marcada por desafios constantes, como sobrecarga de responsabilidades, cansaço físico e emocional e dificuldades na organização do tempo de estudo. Apenas 8,2% afirmaram não ter pensado em desistir, evidenciando que a experiência da maternidade durante a graduação, na maioria dos casos, está associada a algum nível de dificuldade acadêmica.

**Gráfico 3.** Análise dos impactos da maternidade na permanência acadêmica.



Fonte: autora, 2025.

Esses resultados reforçam a compreensão de que a evasão ou o trancamento do curso não devem ser analisados apenas como decisões individuais, mas como fenômenos relacionados à ausência ou insuficiência de políticas institucionais de apoio às mães universitárias. Estudos sobre maternidade no ensino superior apontam que a dificuldade de conciliar as demandas acadêmicas com o cuidado dos filhos, especialmente na primeira infância, contribui para o prolongamento do tempo de formação e para o aumento do risco de interrupção dos estudos (Santos, 2019; INEP, 2022; Gomes, 2020).

Os principais motivos associados à intenção de trancamento estão relacionados à sobrecarga de responsabilidades, ao cansaço físico e emocional e às dificuldades de acompanhamento das atividades acadêmicas. Esses fatores aparecem de forma recorrente nas falas das participantes, como expresso no seguinte relato:

*“Já pensei em trancar porque não consigo acompanhar as aulas quando meu filho precisa de mim e não tenho com quem deixá-lo.”* (Participante 12)

Esse resultado demonstra que a decisão de trancar ou desistir do curso não está associada à falta de interesse ou compromisso acadêmico, mas às condições objetivas enfrentadas pelas mães universitárias, especialmente no cuidado com os filhos na primeira infância.

Os resultados também indicam que a permanência acadêmica das mães universitárias ocorre, em muitos casos, sob condições de intenso desgaste físico e emocional, o que evidencia que permanecer no curso não equivale, necessariamente, a vivenciar uma trajetória acadêmica equitativa (Oliveira, 2022c). Outrossim, a elevada proporção de estudantes que já pensaram em desistir mais de uma vez sugere que a maternidade, associada à ausência de políticas institucionais adequadas, atua como um fator estruturante de desigualdade no ensino superior, especialmente no que se refere à permanência e ao sucesso acadêmico das mulheres.

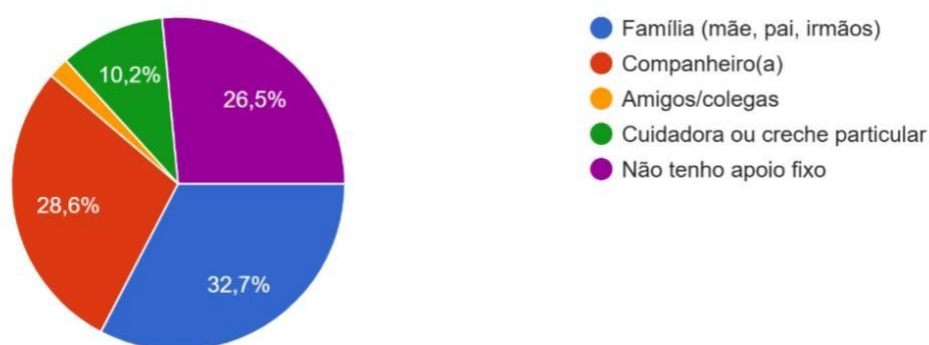
## **5.2 Rede de apoio e cuidados com os filhos**

A análise dos dados referentes à rede de apoio das mães universitárias evidencia a importância do suporte familiar e social para a permanência na universidade Gráfico 4. Quando questionadas sobre quem é o principal responsável pelo cuidado com os filhos durante o período de estudo, 32,7% das participantes relataram contar com o apoio da família, como mãe, pai ou irmãos, enquanto 28,6% indicaram o companheiro ou companheira como principal suporte.

Entretanto, chama atenção o fato de que 26,5% das participantes afirmaram não possuir apoio fixo, o que revela uma condição de vulnerabilidade significativa, especialmente no contexto acadêmico. A ausência de uma rede de apoio estruturada pode intensificar as dificuldades enfrentadas pelas mães universitárias, refletindo diretamente na frequência às aulas, no rendimento acadêmico e na possibilidade de continuidade do curso, conforme discutido em estudos sobre maternidade e permanência no ensino superior, como as pesquisas de Santos (2019) e Joaquim (2023).

Outras participantes relataram contar com amigos ou colegas aproximadamente 10,2% e com cuidadoras ou creches particulares, embora em menor proporção. Esses dados indicam que o acesso a serviços formais de cuidado infantil ainda é limitado, seja por questões financeiras, seja pela ausência de oferta institucional adequada, o que reforça a centralidade das redes informais no cotidiano das mães universitárias (Oliveira, 2022c).

**Gráfico 4.** Análise dos dados referentes à rede de apoio das mães universitárias.



Fonte: autora, 2025.

A ausência de uma rede de apoio estruturada reflete diretamente nas limitações enfrentadas pelas participantes no acompanhamento das aulas e na realização das atividades acadêmicas, conforme evidencia a fala a seguir:

*“Tive que ir para a faculdade quando o bebê ainda tinha 18 dias porque não consegui a licença maternidade por falta de atenção do diretor do curso. Até hoje levo faltas e a única justificativa que tenho é que os professores conhecem minha situação, mas nada tem um documento oficial sobre a licença para a justificativa das faltas.”* (Participante 8).

A fala acima evidencia que, para além da inexistência ou insuficiência de auxílios financeiros, as mães universitárias enfrentam fragilidades administrativas e normativas no interior da instituição. A ausência de um procedimento institucional formalizado para

concessão e registro da licença-maternidade acadêmica resulta em situações de insegurança, nas quais a permanência da estudante depende de acordos informais com docentes, sem respaldo documental. Essa condição expõe as mães universitárias à penalização por faltas e compromete o acompanhamento das atividades acadêmicas, mesmo em um período sensível como o pós-parto imediato. O relato revela que a permanência acadêmica, nesse contexto, não é garantida por políticas institucionais claras.

Esses dados indicam que a permanência acadêmica das mães universitárias está fortemente condicionada à existência de redes informais de apoio, o que reforça a fragilidade das políticas institucionais voltadas ao cuidado infantil.

A dependência predominante de redes informais de apoio, como familiares e parceiros, evidencia a fragilidade das políticas públicas e institucionais voltadas às mães universitárias (Maniçoba, 2025). Quando esse apoio falha ou é inexistente, a estudante torna-se mais suscetível ao trancamento do curso, à evasão ou à redução do desempenho acadêmico, situação amplamente associada à insuficiência de políticas de assistência estudantil (INEP, 2022; Brasil, 2010). Outrossim, Vieira; Souza; Rocha (2019) acrescentam que a escassez de vagas em creches públicas é um problema recorrente, existindo grandes filas de espera em cidades de todas as regiões do país, o que leva as mães a dependerem exclusivamente do apoio de familiares.

Cabe salientar que os cursos de graduação que envolvem atividades práticas em laboratório podem impor limitações adicionais às alunas mães, especialmente àquelas que não dispõem de uma rede de apoio externo. Nessas circunstâncias, a necessidade de levar a criança para a universidade torna-se um desafio, considerando as restrições e normas inerentes aos ambientes laboratoriais. Desse modo, é evidente a necessidade de ampliação de políticas institucionais que ofereçam suporte estruturado ao cuidado infantil, de modo a reduzir a sobrecarga das mães universitárias e promover condições mais equitativas de permanência e sucesso acadêmico.

### **5.3 Apoio institucional e percepção das mães universitárias**

Os dados referentes à percepção das mães universitárias sobre os apoios institucionais disponíveis na universidade revelam um cenário marcado por baixa adesão, desconhecimento e insuficiência das políticas existentes (Gráfico 5). Quando questionadas sobre a existência de ações institucionais voltadas às mães estudantes como auxílio-creche, atendimento psicológico, flexibilização acadêmica ou outros serviços de apoio, 40,8% das participantes

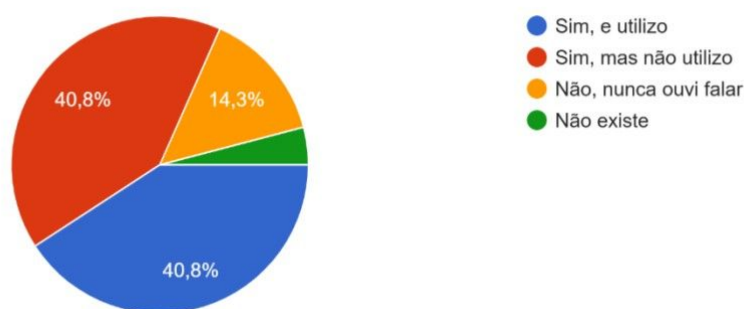
afirmaram que os apoios existem e são utilizados, enquanto 40,8% relataram que os apoios existem, mas não são utilizados.

*“ Já perdi aulas. Logo no início busquei apoio da universidade na flexibilização de horários mesmo que isso prolongasse mais o curso, porém sem êxito a resposta foi que a universidade não poderia me ajudar nessa questão.”* (participante 25)

Esse relato atribui significado à permanência acadêmica das mães universitárias como um processo marcado por rigidez institucional, no qual as regras acadêmicas se sobrepõem às condições concretas de vida das estudantes. A impossibilidade de flexibilização contribui para a perda de aulas, para o comprometimento do rendimento acadêmico e para o aumento da intenção de trancamento ou desistência, conforme evidenciado nos dados quantitativos apresentados.

Além disso, 14,3% das participantes afirmaram nunca ter ouvido falar da existência desses apoios, e 4% relataram que tais políticas não existem. Esses dados indicam que, mesmo quando há iniciativas institucionais, elas não alcançam de forma efetiva todas as mães universitárias, seja por falhas na divulgação, por critérios de acesso restritivos ou por inadequação às necessidades específicas desse público, aspecto recorrente nas análises sobre políticas de permanência no ensino superior (Oliveira, 2022b).

**Gráfico 5.** Análise dos dados referentes à percepção das mães universitárias sobre os apoios institucionais disponíveis na universidade.



Fonte: autora, 2025.

A baixa utilização dos apoios institucionais evidenciam que a permanência das mães universitárias ainda depende majoritariamente de esforços individuais e de redes informais de apoio, como família e companheiros, conforme observado no capítulo anterior.

Algumas participantes reconhecem a existência de auxílios institucionais, porém apontam que esses não atendem plenamente às suas necessidades, especialmente no que se refere ao cuidado infantil:

*“O auxílio ajuda um pouco financeiramente, mas não resolve a questão principal, que é com quem deixar meu filho durante as aulas.”* (Participante 18)

Outras falas indicam desinformação ou dificuldade de acesso às políticas institucionais disponíveis, o que contribui para a baixa adesão observada nos dados quantitativos:

*“Eu só fiquei sabendo do auxílio depois de muito tempo na universidade. Falta divulgação.”* (Participante 7)

Além disso, algumas participantes percebem o apoio institucional como pontual e insuficiente, sobretudo quando comparado às demandas cotidianas da maternidade durante a graduação:

*“A universidade até oferece alguns auxílios, mas para quem é mãe ainda falta muito apoio.”* (Participante 29)

Essas falas atribuem significado aos dados do gráfico, indicando que a permanência acadêmica das mães universitárias não é garantida apenas pela existência formal de auxílios, mas depende da adequação, divulgação e abrangência das políticas institucionais. A percepção de apoio insuficiente reforça a dependência de redes informais e evidencia a necessidade de estratégias institucionais mais estruturadas

Para Santos (2019) e Maciel *et al.*, (2022) essa situação contribui para a sensação de insegurança acadêmica, sobrecarga emocional e dificuldades na conciliação entre maternidade e estudos.

Os resultados mostram a necessidade de fortalecimento e ampliação das políticas institucionais de permanência, com ações mais acessíveis, amplamente divulgadas e alinhadas à realidade das mães universitárias, em especial, daquelas com filhos na primeira infância. Isso por que segundo o Ministério da Educação (MEC), 57% das matrículas no Ensino Superior são de mulheres, predominando as inscrições principalmente na modalidade licenciatura, que só em 2019 representaram 72% nos cursos de graduação do Brasil (INEP,

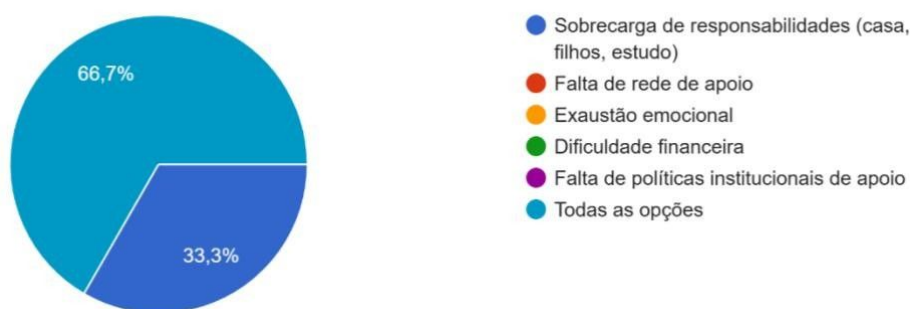
2020). Dessa forma, o aprimoramento desses apoios pode contribuir significativamente para a redução da evasão, do trancamento e do prolongamento do tempo de formação acadêmica, em consonância com as diretrizes da política nacional de assistência estudantil (Brasil, 2010).

#### 5.4 Percepção dos profissionais sobre a maternidade e a permanência acadêmica

Participaram desta etapa da pesquisa três profissionais da universidade, que atuam em todas as unidades da região Tocantina do Maranhão, sendo duas psicólogas e uma assistente social, que atuam diretamente no atendimento a estudantes. A contribuição desses profissionais permitiu compreender, a partir de uma perspectiva técnica e institucional, os impactos da maternidade na trajetória acadêmica das alunas.

Quando questionadas sobre o principal fator que contribui para o atraso na formação das alunas mães, 66,7% dos profissionais indicaram que todos os fatores estão associados, incluindo sobrecarga de responsabilidades, falta de rede de apoio, exaustão emocional, dificuldades financeiras e ausência de políticas institucionais adequadas. As outras 33,3% apontaram a sobrecarga de responsabilidades como o fator predominante. Esses dados evidenciam que o atraso na graduação não decorre de uma única causa, mas de um conjunto de fatores interligados, sendo, portanto, um impasse multifatorial (Gráfico 6).

**Gráfico 6.** Análise dos principais fatores associados ao atraso na formação acadêmica entre alunas mães atendidas, com predominância da sobrecarga de responsabilidades e da combinação de múltiplos fatores.



Fonte: Autora, 2025.

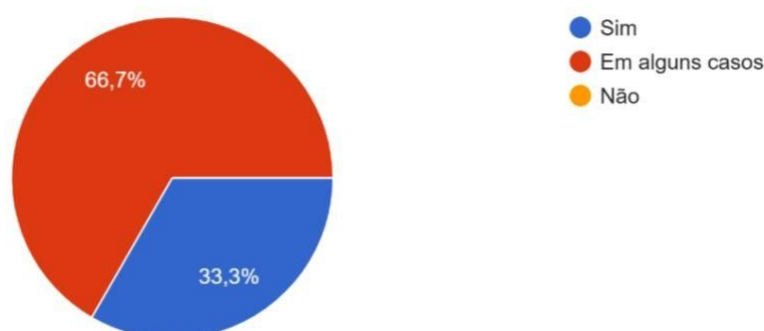
As respostas concedidas pelas profissionais da universidade substanciam que o atraso na formação das alunas mães não podem ser compreendido com um fenômeno isolado, mas sim como resultado da combinação de diversos fatores estruturais e subjetivos que intrinsecamente se interligam, como os especificados nas opções do questionário. A sobrecarga de responsabilidades, por exemplo, é um dos problemas mais observados na realidade, uma vez que segundo Silva (2017) a mulher assume a liderança operacional do lar,

enfrentando, dessa forma, uma sobrecarga descomunal de tarefas na busca de conciliar sua carreira e atribuições domésticas, tendo cada vez menos tempo para si mesma, menos saúde e tudo isso sem o devido apoio de seu companheiro.

Essa compreensão dialoga ainda com Maciel *et al.*, (2022) e Unesco (2023) que evidenciam como a maternidade no ensino superior tende a intensificar desigualdades de gênero já existentes, haja vista que as mulheres continuam assumindo a maior parcela de trabalho reprodutivo e de cuidado, o que repercute diretamente em sua trajetória acadêmica e carreira profissional.

Em relação ao tempo necessário para a conclusão do curso, 66,7% das profissionais afirmaram que a maternidade aumenta o tempo de formação em alguns casos, enquanto 33,3% consideraram que esse aumento ocorre de forma mais direta (Gráfico 7). Esses dados reforçam que os impactos da maternidade variam conforme as condições individuais, o suporte disponível e o momento da graduação em que a estudante se torna mãe.

**Gráfico 7.** Percepção profissional sobre o impacto da maternidade durante a graduação no aumento do tempo necessário para a conclusão do curso.



Fonte: Autora, 2025.

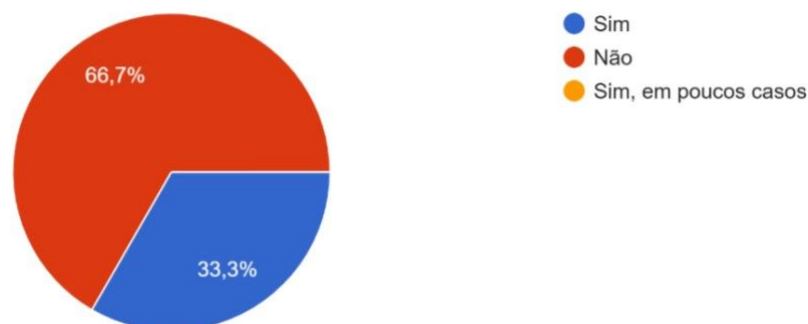
O atraso do término dos cursos de graduação é um fato, pois os fatores para que isso aconteça são diversos, entre eles: adoecimento de filhos; que implica na ausência da aluna nas aulas e na execução de ações avaliativas; o excesso de disciplinas e atividades acadêmicas que uma mulher mãe não consegue conciliar com eficácia principalmente em grupos, levando a possíveis trancamentos de matérias ou semestres; a não complementação das Atividades Curriculares Complementares (ACC), visto que demanda tempo livre para a inscrição em eventos para complementação das horas extracurriculares; a execução efetiva do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que demanda tempo de pesquisa, organização mental e o desenvolvimento do pensamento crítico (Yamamoto, 2024).

Neste último caso, o TCC representa uma fase crucial na vida de todo e qualquer acadêmico, independente do gênero, contudo, no caso das mulheres mães a condução eficaz do TCC requer calma interior e tempo sozinha para dedicação da pesquisa e escrita. A separação de seus bebês, influenciam diretamente no estado psíquico e sentimentos maternos, acarretando sentimentos negativos em relação a essa separação, como tristeza, medo, preocupação e ansiedade. Silva *et al.*, (2023) traz que as mulheres mães são aquelas mais recebem notificações da instituição sobre o risco de jubramento. Nesse contexto, são fatores assim que também corroboram para o prolongamento do curso ou até mesmo seu trancamento.

Dito isso, as redes de apoio institucionais são fundamentais, tendo em vista, que na maioria das vezes, as famílias de origem ocupam posições no mercado de trabalho ou vivem em grandes cidades, no qual todas da casa precisam contribuir com a renda familiar, ou vivem em cidades afastadas, podendo não fornecer ajuda no cuidado com a criança (Wajnman; Turra; Agostinho, 2007).

Sobre o trancamento ou abandono temporário do curso, 33,3% dos profissionais afirmaram já ter acompanhado casos em que a maternidade levou diretamente ao trancamento, enquanto 66,7% relataram não ter acompanhado esse tipo de situação, o que pode estar relacionado tanto à subnotificação quanto às estratégias informais adotadas pelas estudantes para evitar a evasão (Gráfico 8).

**Gráfico 8.** Relato profissional sobre a ocorrência de trancamento ou abandono temporário do curso em decorrência da maternidade durante a graduação.



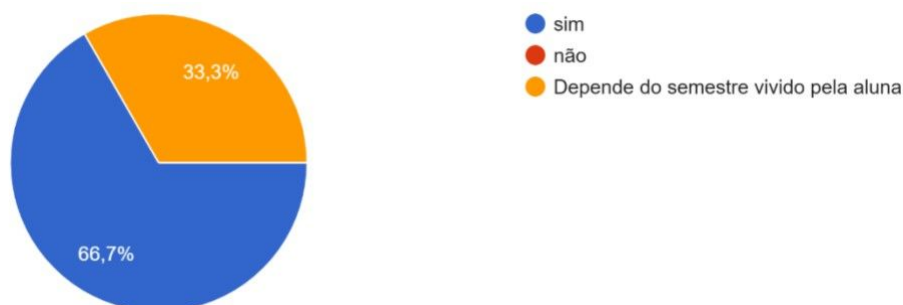
Fonte: Autora, 2025.

De acordo com Silva (2019) as mulheres enfrentam um conjunto expressivo de desafios para a conclusão da formação acadêmica, o que se traduz em inúmeros obstáculos ao longo da trajetória universitária, como o trancamento ou abandono permanente do curso, como aqui em destaque. Para a autora, dificuldades como a ocorrência de gravidez não planejada, a negligência por parte dos companheiros, a sobrecarga decorrente da dupla jornada

de trabalho, a ausência de apoio familiar, bem como a insuficiência de políticas de assistência estudantil voltadas às mães universitárias, em específico, nas instituições públicas, contribuem substancialmente para o trancamento de matrícula e para a evasão, inviabilizando, em muitos casos, o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior.

Quanto ao rendimento acadêmico, 66,7% dos profissionais afirmaram que a maternidade interfere diretamente no desempenho das estudantes, impactando a progressão no curso, enquanto 33,3% consideraram que essa interferência depende do semestre vivenciado pela aluna. Esse dado indica que a maternidade pode afetar o desempenho acadêmico de forma mais intensa em determinados períodos da graduação (Gráfico 9).

**Gráfico 9.** Percepção profissional sobre a interferência da maternidade no rendimento acadêmico e na progressão das estudantes no curso.



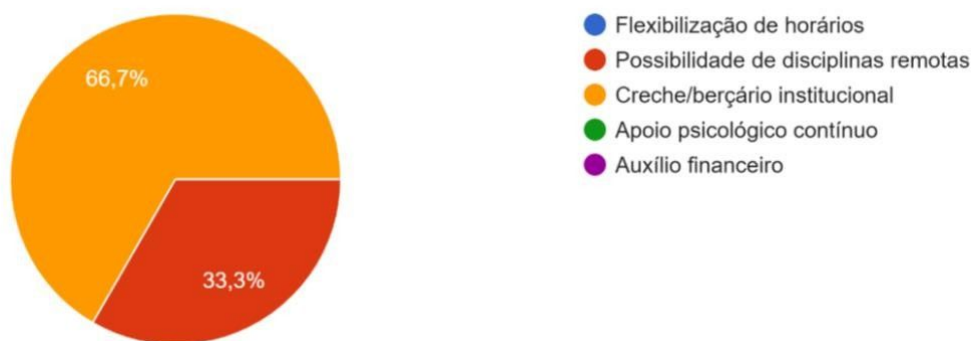
Fonte: Autora, 2025.

O rendimento acadêmico está condicionado a múltiplas circunstâncias, dentre as quais se destaca a manutenção de um estado mental organizado e equilibrado (Soares, 2025). Nesse sentido, Silva (2023) aponta que o desempenho acadêmico é significativamente impactado no caso de alunas mães, uma vez que essas estudantes enfrentam maiores percalços ao conciliarem as responsabilidades da maternidade, do trabalho e das exigências acadêmicas. Ao assumirem uma tripla jornada, decorrente das atribuições sociais impostas às mulheres, essas alunas vivenciam sobrecarga de atividades, o que frequentemente compromete o cumprimento de prazos e o alcance do rendimento esperado pela universidade.

Ademais, as demandas da vida acadêmica, como provas, trabalhos e estágios e da maternidade, como alimentar, cuidar e brincar com o filho, quando somadas podem levar a sérios prejuízos no rendimento acadêmico e na vida pessoal, em especial quando ela assume uma maternidade solo (Yamamoto, 2024). Cabe salientar que uma mãe com uma ou mais crianças para cuidar não dispõe do mesmo tempo e dedicação que um(a) aluno(a) sem filhos, especialmente, quando além de mãe e aluna, essas mulheres precisam agregar na renda familiar, trabalhando externamente.

Ao serem questionadas sobre quais medidas poderiam reduzir o tempo de permanência das alunas mães na universidade, 66,7% indicaram a implantação de creche ou berçário institucional como principal estratégia, enquanto 33,3% destacaram a flexibilização de horários e a possibilidade de disciplinas remotas. Esses resultados evidenciam a centralidade do cuidado infantil como fator decisivo para a permanência acadêmica (Gráfico 10).

**Gráfico 10.** Medidas apontadas pelas respondentes que poderiam reduzir o tempo de permanência das alunas mães na graduação.



Fonte: Autora, 2025.

A expressiva indicação da implantação de creches ou berçários institucionais revela que a garantia de um espaço seguro para os filhos durante o período letivo pode minimizar a sobrecarga enfrentada por essas estudantes, favorecendo maior dedicação às atividades acadêmicas. Por outro lado, a flexibilização de horários e a oferta de disciplinas na modalidade remota também se apresentam como estratégias relevantes, ao possibilitarem maior conciliação entre as demandas maternas, profissionais e universitárias.

Para Santiago (2024) é dever da universidade implementar um projeto de acolhimento infantil, com profissionais qualificados, que permita às mães estudarem com calma, confiança, sabendo que seus filhos estão em boas mãos e recebendo bons cuidados. Neste mesmo trabalho, a autora aborda os constrangimentos advindos por levar sua filha para a sala de aula, até mesmo de ser proibida de adentrar a sala por um professor que se recusou a deixá-la entrar com a criança.

Isso reflete diretamente na realidade oculta de muitas salas de aulas de universidades públicas, nos quais alguns docentes e até mesmo discentes do sexo feminino, constrangem uma mãe aluna, simplesmente por levar seu filho(a) para as aulas, principalmente quando a mãe precisa sair para trocar fralda, amamentar o bebê ou mesmo quando a criança chora. Nesse cenário, é nítido a necessidade de adoção de políticas educacionais inclusivas que considerem as especificidades das alunas mães, promovendo condições mais equitativas de

permanência e sucesso no ensino superior, como por exemplo, a implantação de berçários universitários.

Por fim, todos os profissionais (100%) afirmaram que a universidade não possui estrutura suficiente para minimizar o atraso acadêmico das alunas mães, reforçando a necessidade de políticas institucionais mais efetivas (Gráfico 11). Como abordado por Santiago (2024) é de suma importância que uma universidade disponha de medidas cabíveis para o acolhimento infantil, viabilizando a permanência de alunas mães até o fim da graduação.

**Gráfico 11.** Percepção das respondentes sobre a existência de estrutura institucional suficiente para minimizar o atraso acadêmico das alunas mães.



Fonte: Autora, 2025.

Nesse sentido, os pilares que sustentam uma universidade pública, como o ensino, a pesquisa, extensão e inovação, são os mesmos que requerem a presença de discentes no ambiente acadêmico, entre eles, as alunas mães que também contribuem significativamente para o desenvolvimento da ciência. Dessa forma, a estrutura da universidade também deve ser feita pensando nas alunas mães que requerem de medidas de acolhimento para seus filhos e para através disso, fazer a diferença na sua realidade.

Nas palavras de Freire (2008) usar e fazer ciência, deveria ser o novo papel social da mãe moderna, isto é, a mãe moderna se apropria do conhecimento científico (usar ciência) para orientar decisões sobre saúde, educação, desenvolvimento infantil e bem-estar, ao mesmo tempo em que produz, aplica ou participa ativamente da construção do conhecimento (fazer ciência), seja por meio da formação acadêmica, da pesquisa, da prática profissional ou do engajamento crítico com informações científicas. E tudo isso só é possível se for construída a ponte entre o meio social e científico dentro da universidade, uma vez que segundo Benalti *et al.*, (2020) a maternidade só é enxergada em nível biológico, mas nunca como um acontecimento sociocultural histórico.

## 5.5 Proposta de intervenção

A presente proposta de intervenção consiste na implantação de um berçário universitário na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), como estratégia institucional de apoio à permanência acadêmica de mães universitárias com filhos na primeira infância. A proposta surge a partir da análise dos dados coletados junto às estudantes mães e aos profissionais da instituição, que evidenciaram a sobrecarga materna, a ausência de rede de apoio formal e a demanda por políticas institucionais voltadas ao cuidado infantil.

O berçário universitário tem como finalidade oferecer um espaço seguro, acolhedor e adequado para o cuidado de crianças de 0 a 2 anos, possibilitando que as mães universitárias possam frequentar aulas, realizar atividades acadêmicas e participar da vida universitária com maior tranquilidade e segurança.

### 5.6.1 Objetivos da proposta de intervenção

#### 5.6.1.1 *Objetivo geral*

Contribuir para a permanência acadêmica das mães universitárias da UEMASUL por meio da implantação de um berçário universitário voltado ao atendimento de crianças na primeira infância.

#### 5.6.1.2 *Objetivos específicos*

- Oferecer apoio institucional às mães universitárias com filhos pequenos;
- Reduzir a evasão, o trancamento e o prolongamento do tempo de formação acadêmica;
- Promover melhores condições de conciliação entre maternidade e vida acadêmica;
- Contribuir para o bem-estar emocional das mães universitárias;
- Possibilitar experiências formativas para estudantes do curso de Pedagogia.

### 5.6.2 Público-alvo

A proposta de intervenção tem como público-alvo principal mães universitárias regularmente matriculadas na UEMASUL, com filhos na faixa etária de 0 a 2 anos. De forma secundária, contempla também as crianças atendidas pelo berçário e os estudantes do curso de Pedagogia que poderão atuar como monitoras, sob supervisão profissional.

### 5.6.3 Descrição da intervenção

O berçário universitário deverá funcionar em espaço físico adequado dentro da universidade, respeitando as normas de segurança, higiene e acessibilidade. O atendimento

será realizado em turnos compatíveis com os horários acadêmicos das mães, priorizando períodos de aulas presenciais.

A equipe responsável poderá ser composta por:

- Professora de educação infantil responsável pelas crianças atuando no planejamento e estímulos a aprendizagem
- Professor(a) do curso de Pedagogia ou área afim, responsável pela coordenação;
- Assistente social e psicólogo(a) para acompanhamento das famílias;
- Estudantes do curso de Pedagogia, atuando como monitoras bolsistas ou voluntárias.

As atividades desenvolvidas no berçário incluirão cuidados básicos, estímulos ao desenvolvimento infantil e acompanhamento da rotina das crianças, sempre em conformidade com as diretrizes da primeira infância.

#### 5.6.4 Viabilidade da proposta

Diante dos dados apresentados, a proposta de implantação de um berçário universitário na UEMASUL mostra-se viável do ponto de vista institucional, pedagógico e social. A utilização de espaços físicos já existentes na universidade, aliada à possibilidade de envolvimento de estudantes do curso de Pedagogia como monitoras por meio de bolsas de estágio ou projetos de extensão, reduz significativamente os custos operacionais da intervenção.

Além disso, a proposta não exige implementação imediata em larga escala, podendo ser iniciada de forma gradual e piloto, com número limitado de vagas, conforme a demanda identificada, o que favorece o planejamento, a avaliação contínua e os ajustes necessários ao longo do tempo. Essa característica reforça a viabilidade prática da intervenção, evitando sobrecarga institucional.

Do ponto de vista pedagógico, o berçário universitário contribui não apenas para a permanência das mães estudantes, mas também para a formação acadêmica das alunas do curso de Pedagogia, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática, em consonância com os princípios da formação docente e das políticas de extensão universitária.

Assim, considerando os resultados da pesquisa, a demanda expressa pelas mães universitárias, a percepção dos profissionais da instituição e a possibilidade de integração com recursos já existentes, conclui-se que a proposta é exequível, sustentável e alinhada às políticas de permanência estudantil, configurando-se como uma estratégia concreta para a redução da evasão e para a promoção da equidade no ensino superior.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados às mães universitárias, foi possível identificar que a maternidade, sobretudo na fase da primeira infância, impacta significativamente a trajetória acadêmica das estudantes, refletindo em dificuldades de frequência às aulas, redução do rendimento acadêmico, trancamento de matrícula e ampliação do tempo necessário para a conclusão do curso. Esses achados evidenciam que a ausência de uma rede de apoio institucional contribui para a sobrecarga vivenciada pelas mães universitárias.

As respostas dos profissionais que atuam no atendimento aos estudantes reforçam essa realidade, ao apontarem a limitação das políticas de permanência existentes para atender às demandas específicas das mães universitárias. Nesse sentido, a universidade desempenha papel fundamental na promoção da equidade e da inclusão, devendo reconhecer a maternidade como um fator que atravessa a vida acadêmica de parte significativa do seu corpo discente.

Diante desse contexto, a proposta de intervenção apresentada, que consiste na implantação de um berçário universitário, configura-se como uma estratégia viável e necessária para contribuir com a permanência acadêmica das mães universitárias. Além de possibilitar melhores condições para a conciliação entre maternidade e estudos, a proposta também favorece o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e promove a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ao envolver estudantes do curso de Pedagogia em atividades formativas.

Conclui-se que a implementação de políticas institucionais voltadas às mães universitárias representa um avanço no enfrentamento das desigualdades no ensino superior, fortalecendo o compromisso social da universidade pública. Espera-se que este estudo possa subsidiar futuras discussões e incentivar a criação de ações concretas na UEMASUL, bem como estimular novas pesquisas sobre maternidade, primeira infância e permanência no ensino superior.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. D. C. D. S. **Afeto à maturação emocional:** explorando o vínculo parental e o desenvolvimento emocional na primeira infância. 2025. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Formação em Psicologia) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2025.
- ARAÚJO, S. A. D. L. *et al.* Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 722-743, 2019.
- AZEVEDO, M. O.; SILVA, R. M. P. Análise do Panorama de Políticas Públicas Voltadas aos Programas Estudantis. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 16, n. 7, p. e4985-e4985, 2025.
- BARROS, A. S.; MOURÃO, L. Maternidade e desigualdades de gênero no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.
- BARDIN, LAURENCE. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENATTI, A. P. *et al.* A maternidade em contextos de vulnerabilidade social: papéis e significados atribuídos por pais e mães. **Interação em psicologia**, v. 24, n. 2, 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo da Educação Superior 2019: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 31 de dezembro de 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Institui o Marco Legal da Primeira Infância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mar. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Mulheres são maioria na educação superior brasileira**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/ptbr/assuntos/noticias/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 31 de dezembro de 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- CUNHA, A. C. A. **Ser Mulher, Mãe e Universitária:** Os desafios enfrentados pelas estudantes mães brasileiras e dos PAPOP que estudam na Unilab-Ceará. 2024. 132f. Dissertação (Curso de Mestrado Interdisciplinar Em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Redenção, 2024.

CUNHA, G. A. L.; DE MELO, L. A. V.; NETTO, M. D. G. C. O apego em crianças que passam a primeira infância em creches. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 3, p. 517-529, 2022.

FERREIRA, L. M. Creches universitárias e permanência estudantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e020345, 2019.

FERREIRA, E. A. **Relato de experiência de práticas vivenciadas pelos bebês e crianças bem pequenas no berçário**. 2025. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

FREIRE, M. M. D. L. **Ser mãe é uma ciência**: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 153–171, jun. 2008.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, L. L. B. **Mulher, mãe e universitária**: desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica. 2020. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2020.  
GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, p. e0090, 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2022.

JOAQUIM, A. R. D. S. **Mulheres, mães e universitárias**: uma pesquisa sobre as políticas de permanência para estudantes que se tornam mães nas universidades públicas paulistas. 2023. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2023.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. São Paulo: Cortez, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés. **Educação infantil: fundamentos e práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

LIMA, R. C.; SANTOS, M. A. Políticas de permanência e maternidade no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, 2020.

MACIEL, V. D. Q. S. *et al.* Autoestima de mães universitárias no ambiente acadêmico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 10, p. e11032-e11032, 2022.

- MANIÇOBA, M. S. **Desafios e estratégias de conciliação**: um estudo sobre as dificuldades enfrentadas por mães durante a graduação. 2025. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em química) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2025.
- NUNES, C.; SILVA, L. M. N. Acesso e permanência na educação superior x exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. **Direito. UnB-Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 4, n. 1, p. 41-79, 2020.
- NUNES, P. R.; RIBEIRO, D. S. Primeira infância e desafios do cuidado materno. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, 2016.
- OLIVEIRA, A. P. Políticas de permanência e maternidade no ensino superior brasileiro. **Educação & Sociedade**, v. 43, e025678, 2022a.
- OLIVEIRA, F. D. S. **Maternidade e vida acadêmica**: memórias e narrativas de mães universitárias. 2022. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2022c.
- OLIVEIRA, M. A. **Maternidade e permanência estudantil no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2022b.
- PACHECO, E. F.; OLIVEIRA, T. S. Assistência estudantil e equidade no ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, 2021.
- PARENT IN SCIENCE**. Relatório sobre os impactos da parentalidade na carreira acadêmica e científica. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.parentinscience.com>. Acesso em: 23/01/2026.
- PEREIRA, E. D. S. Maternidade, gênero e permanência no ensino superior. **Educação & Sociedade**, v. 42, e023456, 2021.
- PEREIRA, T. S. **Desafios da maternidade na universidade**: trajetórias de resistência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.
- QVORTRUP, JENS. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 631–643, 2011.
- RAYANE, D. B.; DE SOUSA, D. H. A. V. Privação afetiva e suas consequências na primeira infância: um estudo de caso. **Revista InterScientia**, v. 6, n. 2, p. 90-111, 2018.
- SANCHES, L. R.; ALONSO, A. S. F.; DALLA VECCHIA, M. Mães universitárias: desafios na conciliação entre maternidade e vida acadêmica. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, p. e025005-e025005, 2025.
- SANTIAGO, R. D. S. **Dificuldades e desafios enfrentados pelas mães universitárias**: na perspectiva de encontrar caminhos. 2024. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2024.

SANTOS, C. R. **Mulheres, mães e estudantes: maternidade e evasão no ensino superior.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, M. A. D. Maternidade e permanência no ensino superior: desafios enfrentados por estudantes mães. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e240039, 2019.

SILVA, E. L. D. *et al.* Retrato das Narrativas de Mães Universitárias no Contexto Acadêmico. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 275–283, 2023.

SILVA, E. R. D. **Maternidade e interrupção da carreira.** 2017. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

SILVA, J. M. S.; SALVADOR, A. C. Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. **Simpósio nacional de história**, v. 31, 2021.

SILVA, M. J.; ARAÚJO, C. F. Mulheres mães na universidade: desafios e permanência. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

SILVA, N. O.; SOUZA, D. C. Entre a universidade e a maternidade: um estudo com mães acadêmicas do ensino superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 25, n. 4, p. 880-888, 2024.

SILVA, S. S. **As dificuldades enfrentadas na permanência de mães no ensino superior UFMA - Grajaú-MA.** 2023. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Humanas Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2023.

SIMÃO, A. K.; ALBRECHT, A. R. M. **A importância da primeira infância no desenvolvimento do ser humano.** 2021. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicopedagogia) – Centro Universitário Internacional (Uninter), Colombo, 2021.

SOARES, E. J. D. S. **Associação entre o nível de aptidão física, saúde e desempenho acadêmico de estudantes do ensino superior.** 2025. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Estadual do Piauí, Picos, 2025.

SOUZA, J. A. **Maternidade e vida Acadêmica: um estudo do estado da arte sobre os desafios das mães solo no ensino superior.** 2025. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2025.

SOUZA, L. R.; COSTA, A. P. Evasão universitária e vulnerabilidades sociais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 249, 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Superintendência de Assistência Social – SAS.** Creches da USP. São Paulo, s.d. Disponível em: <https://www.sas.usp.br>. Acesso em: 20/01/ 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Centro de Convivência Infantil (CECI)**. Campinas, s.d. Disponível em: <https://www.ceci.unicamp.br>. Acesso em: 20/01/2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI/UFMG**. Belo Horizonte, s.d. Disponível em: <https://www.ufmg.br>. Acesso em: 20/01/2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Creche da UFRJ**. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <https://www.ufrj.br>. Acesso em: 20/01/2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Leave no one behind: women, motherhood and access to higher education**. Paris: UNESCO, 2023.

VIEIRA, A. C.; SOUZA, P. B. M. de; ROCHA, D. S. da P. Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 532–552, 2019.

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. In: BARROS, Ricardo Paes de *et al.* (org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). p. 423-442. 2007.

YAMAMOTO, C. N. **Suporte social e estresse parental em mães universitárias**. 2024. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AS MÃES UNIVERSITÁRIAS

#### 1. Qual a sua faixa etária?



- Menos de 20 anos
  - 20 a 25 anos
  - 26 a 30 anos
  - 31 a 40 anos
  - Acima de 40 anos
2. Quantos filhos você tem?
- 1
  - 2
  - 3 ou mais
3. Idade do(s) seu(s) filho(s):
- 0 a 2 anos (berçário)
  - 3 a 5 anos (educação infantil)
  - 6 anos ou mais
4. Você já pensou em trancar ou desistir do curso por causa das responsabilidades maternas?
- Sim, mais de uma vez
  - Sim, uma vez
  - Não, mas já senti muita dificuldade
  - Não
5. A universidade oferece algum tipo de apoio voltado para mães (ex: auxílio-creche, flexibilidade de horários, espaço infantil, apoio psicológico)?
- Sim, e utilizo
  - Sim, mas não utilizo
  - Não, nunca ouvi falar
  - Não existe
6. Se a UEMASUL tivesse um berçário universitário, isso influenciaria sua permanência e rendimento acadêmico?
- Sim, totalmente
  - Sim, em parte
  - Talvez
  - Não faria diferença
7. Quem é seu principal apoio no cuidado com os filhos enquanto estuda?
- Família (mãe, pai, irmãos)
  - Companheiro(a)

- Amigos/colegas
- Cuidadora ou creche particular
- Não tenho apoio fixo

PERCEPÇÕES E SUGESTÕES (abertas)

8. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta para conciliar a maternidade e a vida universitária?
9. Na sua opinião, que tipo de apoio a universidade deveria oferecer às mães estudantes para facilitar a permanência e o bem-estar acadêmico?
10. Como você imagina que um berçário universitário poderia ajudar as mães na sua rotina acadêmica?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO

1. Qual sua profissão atual nas universidades?
2. Entre as alunas mães atendidas, qual é o principal fator que mais contribui para o atraso na formação?
  - Sobrecarga de responsabilidades (casa, filhos, estudo);



- Falta de rede de apoio;
  - Dificuldade financeira;
  - Falta de políticas institucionais de apoio;
  - Todas as opções;
3. Na sua percepção profissional, a maternidade durante a graduação costuma aumentar o tempo necessário para a conclusão do curso?
- Sim
  - Em alguns casos
  - Não
4. Com que frequência você observa que alunas mães precisam reduzir a carga horária de disciplinas devido aos cuidados com os filhos?
- Raramente
  - Às vezes
  - Frequente
  - Muito frequente
5. Em sua atuação, você já acompanhou casos em que a maternidade levou ao trancamento ou abandono temporário do curso?
- Sim
  - Não
  - Sim, em poucos casos
6. A maternidade interfere diretamente no rendimento acadêmico das estudantes, impactando a progressão no curso?
- Sim
  - Não
  - Depende do semestre vivido pela aluna
7. Considerando sua experiência, quais medidas reduziriam o tempo de permanência das alunas mães na graduação?
- Flexibilização de horários
  - Possibilidade de disciplinas remotas
  - Creche/berçário institucional
  - Apoio psicológico contínuo
  - Auxílio financeiro
8. A universidade possui estrutura suficiente para minimizar o atraso acadêmico das alunas mães?
- Sim
  - Parcialmente
  - Não
9. Quais impactos emocionais mais influenciam na demora para se formar?
- Estresse e exaustão
  - Ansiedade
  - Dificuldade de organização e foco ()

Sentimento de culpa materna  
APÊNDICE C – TERMO DE  
CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO (TCLE) PARA AS  
MÃES UNIVERSITÁRIAS

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Desafios da maternidade na permanência estudantil: a importância de berçários universitários como forma de apoio às mães da UEMASUL”. Antes de decidir participar, é importante que você compreenda os objetivos do estudo e como sua participação ocorrerá.

#### Objetivo da pesquisa

Este estudo tem como finalidade compreender as dificuldades enfrentadas por mães universitárias na conciliação entre maternidade e vida acadêmica, bem como avaliar a percepção sobre a necessidade de creches ou berçários dentro da instituição. Procedimentos da participação;

A sua participação consiste em responder um questionário composto por perguntas objetivas e subjetivas. O tempo estimado para conclusão do formulário é de aproximadamente 5 a 10 minutos.

#### Riscos e desconfortos

A participação apresenta risco mínimo, podendo causar apenas eventual desconforto ao relembrar situações pessoais relacionadas à maternidade e vida acadêmica. Você pode interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Benefícios esperados;

Sua participação contribuirá para a construção de dados importantes sobre a realidade das mães universitárias da UEMASUL, auxiliando em futuras propostas de melhoria e políticas de permanência estudantil. Confidencialidade e sigilo;

Todas as informações fornecidas serão tratadas de forma estritamente confidencial, não havendo identificação das participantes. Os dados serão utilizados somente para fins acadêmicos e científicos, de acordo com normas éticas de pesquisa. Participação voluntária e direito de desistir.

A participação é voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem precisar justificar, e pode optar por não responder qualquer pergunta que cause desconforto.

#### Contato da pesquisadora responsável

Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato com a pesquisadora:

Nome da Pesquisadora: Rebeca Alves da Silva

Curso: Ciências biológicas licenciatura – UEMASUL

E-mail: [rebeca.alves@uemasul.edu.br](mailto:rebeca.alves@uemasul.edu.br)

#### Declaração de consentimento

Ao marcar a opção “SIM”, você declara que:

- leu e compreendeu as informações acima;
- concorda voluntariamente em participar da pesquisa;
- está ciente de que pode desistir a qualquer momento;
- autoriza o uso das informações fornecidas de forma anônima para fins acadêmicos.

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA OS PROFISSIONAIS.

Pesquisa: Percepção das psicólogas da UEMASUL sobre a influência da maternidade na demora para conclusão da graduação

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa, que tem como objetivo compreender como a maternidade influencia o tempo de permanência acadêmica das alunas da UEMASUL. Sua participação é totalmente voluntária.

#### 1. Procedimentos

Você responderá a um questionário contendo perguntas sobre sua percepção profissional a respeito das alunas mães e dos fatores que contribuem para o prolongamento da formação. O tempo estimado de resposta é de aproximadamente 5 a 10 minutos.

#### 2. Riscos e desconfortos

Os riscos são mínimos, podendo envolver apenas leve desconforto ao responder perguntas relacionadas à rotina de atendimento psicológico.

#### 3. Benefícios

Os resultados poderão contribuir para o desenvolvimento de ações e políticas de apoio às alunas mães, auxiliando na redução da evasão e no tempo estendido de formação.

#### 4. Confidencialidade

As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Nenhum nome ou dado identificável será divulgado. As respostas serão analisadas de forma anônima.

#### 5. Voluntariedade e desistência A participação é voluntária.

Você poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade.

#### 6. Contato da pesquisadora

Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato:

Nome da pesquisadora: Rebeca Alves da Silva E-mail:

rebeca.alves@uemasul.edu.br

